



Relato da reunião ordinária do CD EPSJV 24 de setembro de 2020

PAUTA

Processo Eleitoral para Presidência da Fiocruz

A Direção informou que o Conselho Deliberativo da Fiocruz aprovou o calendário eleitoral e a comissão que irá conduzir o processo eleitoral para a Presidência da Fiocruz, para a gestão 2021/2024. Na reunião que aconteceria no mesmo dia deste CD EPSJV, seria aprovado também o regimento eleitoral. Pelo calendário, a campanha eleitoral será realizada de 19 de outubro a 16 de novembro e a votação acontece de 17 a 19 de novembro. Por causa da pandemia, a eleição será à distância, por meio de votação eletrônica.

O CD Fiocruz compreende ser necessário a apresentação de candidaturas alinhadas ao campo democrático, que defendam a integridade da Fundação e que construam coletivamente o programa de gestão da Fiocruz. A atual presidente, Nísia Trindade, é candidata à reeleição.

O vice-diretor de Ensino informou que a Comissão Eleitoral será presidida por Maria do Carmo Leal, da Ensp, e também detalhou o calendário eleitoral, conforme abaixo:

Calendário Eleitoral 2020	
Inscrição dos candidatos	5 a 9/10
Divulgação das candidaturas	9/10
Impugnação	12 e 13/10
Homologação pelo CD	14/10
Campanha	19/10 a 16/11
Votação	17 a 19/11
Apuração	19/11
Homologação do resultado pelo CD	23/11

A coordenadora do Lic-Provoc disse que é importante refletir sobre a não participação dos terceirizados no processo eleitoral, já que apenas os servidores podem votar. Ela destacou que isso causa a falta de representatividade, mas entende que esse é um momento delicado e que não é possível abrir essa discussão agora.

A Direção informou que o processo eleitoral para a Presidência da Fiocruz será pauta permanente do CD EPSJV.

Continuidade do Curso Técnico em Vigilância em Saúde (CTVISAU)

A Direção lembrou que, em julho de 2020, relatou ao CD EPSJV o que estava acontecendo em relação ao convênio com a Prefeitura do Rio de Janeiro para a realização do CTVISAU. A Prefeitura encerrou o convênio e, com isso, o curso não terá mais as novas turmas previstas no projeto. A Direção destacou que, independente do projeto em parceria com a Prefeitura, o curso é importante para a formação dos trabalhadores da área de Vigilância em Saúde, principalmente em momento de pandemia e também na pós-pandemia. Lembrou ainda que a Presidência da Fiocruz considera a área estratégica para a instituição.

A Direção fez um histórico das ações do Lavsa na Escola, destacando que o laboratório tem uma grande capacidade de trabalho, em parceria com diversas instituições e movimentos sociais e que reúne trabalhadores de diferentes especialidades para a realização dos cursos.

Desde 2015, o Lavsa realiza o CTVISAU em parceria com a Prefeitura do Rio de Janeiro, por meio do Proformar-Rio, mas, desde então, os cenários foram se modificando por conta das mudanças de governo. Ao mesmo tempo, nos últimos anos, por questões orçamentárias e por causa da EC 95, tem sido cada vez mais difícil ampliar a força de trabalho, que também tem sido reduzida por conta das aposentadorias e cessões de servidores.

Por conta do fim do convênio, um grupo de trabalhadores do Lavsa, que é vinculado ao Proformar-Rio, mas que também exercem outras atividades no laboratório e na Escola, terá suas bolsas cortadas.

Como a área de Vigilância em Saúde é estratégica para a Escola, a Direção considera fundamental a manutenção do CTVISAU para que a EPSJV continue realizando essa formação para os trabalhadores do SUS. Por isso, a Direção levou o assunto à Presidência da Fiocruz e ficou pactuado que a Presidência vai manter os trabalhadores que estavam ligados ao Profomar-Rio, custeando o pagamento das bolsas até março de 2021, e também apontou positivamente para a manutenção do curso, se disponibilizando a verificar as possibilidades para o financiamento dessa formação.

O coordenador do Lavsa lembrou que a Prefeitura do Rio de Janeiro interrompeu de forma brusca o convênio para a realização do CTVISAU e que é importante discutir a continuidade do curso como uma ação estruturante do laboratório. Ele destacou a importância estratégica da Vigilância em Saúde para o SUS e lembrou que isso também foi pontuado pela Presidência durante a reunião sobre a continuidade do CTVISAU.

Ele ressaltou que é um momento difícil e que o Lavsa precisa da solidariedade do CD EPSJV e da Presidência da Fiocruz. Observou ainda que, com o rompimento do contrato, o Lavsa teme pela demissão dos trabalhadores vinculados ao Proformar-Rio neste momento de pandemia e disse também que esses trabalhadores realizam outras atividades além do CTVISAU.

Ele reforçou a proposta que o CTVISAU tenha continuidade em 2021, com a abertura de uma nova turma com 30 vagas, financiado pelo orçamento da Escola, com oferta aberta, na modalidade subsequente pós-médio. Também reforçou a solicitação para que seja criado um instrumento de fixação e desprecarização dos vínculos dos cinco trabalhadores que estavam vinculados ao Proformar-Rio, para que o Lavsa possa continuar atendendo todas as demandas que recebe.

O coordenador do Lavsa disse que, se houver o referendo do CD EPSJV, o laboratório vai iniciar a estruturação acelerada do processo para uma nova turma do CTVISAU em 2021.

A coordenadora do Lic-Provoc perguntou se as bolsas emergenciais para os trabalhadores ligados ao Proformar-Rio seriam pagas pela Presidência da Fiocruz e disse que a discussão sobre vinculação de trabalhadores tem que ser feita de maneira mais ampla e orgânica porque ela considera que esse é um ponto central, pois a força de trabalho é muito diferenciada dentro da Escola. Ela disse também que a discussão sobre a manutenção do vínculo dos trabalhadores precisa estar pautada no debate sobre a política de força de trabalho.

A coordenadora do Lateps disse que o laboratório apoia totalmente o encaminhamento proposto pela Direção e pelo Lavsa, pois entende que o CTVISAU tem um caráter estratégico para a Escola e para a Fiocruz. No entendimento do Lateps, todos os esforços devem ser feitos para viabilizar o curso, inclusive a reorganização interna da Escola em relação às prioridades orçamentárias.

A coordenadora do Laborat também manifestou seu apoio em relação aos encaminhamentos sobre o CTVISAU, mas apontou que é preciso pensar nas fragilidades das soluções apontadas como a continuidade do vínculo precário dos trabalhadores e a dependência de recursos externos para a realização do curso, caso ele seja financiado por emendas parlamentares. Ela considera complicado a Escola depender de recursos externos para exercer sua missão institucional e lembrou que isso também traz impactos para o orçamento, que, em vez de ser ampliado, fica mais reduzido tendo em vista que a despesa não vai estar nele.

A coordenadora do Lires disse que compreende a pertinência das ações, mas que a discussão sobre a incorporação pela Escola de trabalhadores que participam de projetos financiados com recursos externos deve ser pensada de forma institucional como parte da política de gestão do trabalho na EPSJV. Sobre a inclusão do CTVISAU no orçamento da Escola e a desprecarização dos trabalhadores, ela disse que não se sentia confortável para se posicionar, pois avalia que é preciso definir melhor o que isso significa em termos de impacto orçamentário para a Escola.

A coordenadora do Labgestão disse que o laboratório apoia a inclusão do CTVISAU no orçamento da Escola, a partir de 2021, e também a manutenção dos trabalhadores por meio da bolsa emergencial custeada pela Presidência da Fiocruz. Ela disse ainda que apoia a busca de estratégias colaborativas de convite a professores externos, como já acontece em outros cursos da Escola, e também disse que é preciso problematizar a precarização dos vínculos dos trabalhadores e fazer uma discussão mais ampliada sobre o assunto.

A coordenadora do Lateps pediu esclarecimentos sobre o que deveria ser deliberado pelo CD EPSJV sobre essa pauta.

A Direção lembrou que a formação em Vigilância em Saúde já foi custeada pelo orçamento da Escola, quando havia o Curso Técnico de Nível Médio em Saúde na habilitação de Vigilância em Saúde, mas que, por decisões internas, deixou de ser custeado pela Escola e passou a ser oferecido para trabalhadores do SUS, com financiamento de projetos externos, inclusive com a incorporação de novos trabalhadores para atender a demanda, mas que, agora, a Escola não tem como manter esses trabalhadores com recursos próprios.

A Direção destacou que não estava sendo proposta a ampliação da força de trabalho do laboratório, apenas a manutenção dos trabalhadores atuais, levando

em consideração também a conjuntura adversa da pandemia. Foi observado que o motivo de trazer o assunto novamente ao CD EPSJV era dar conhecimento aos conselheiros sobre as articulações da Direção com a Presidência da Fiocruz e também informar que a Escola está discutindo a possibilidade de incorporar o CTVISAU no orçamento da EPSJV. Disse ainda que concorda com o apontamento dos conselheiros de que é preciso pensar a desprecarização dos trabalhadores da Escola de forma mais ampla.

A chefe de gabinete disse que o objetivo da pauta era informar ao CD EPSJV sobre o que está sendo feito para tentar garantir a continuidade do CTVISAU e a manutenção dos trabalhadores a partir de março de 2021, mas que a questão não estava em deliberação. O que precisa ser discutido é como isso impacta o orçamento e a organização do trabalho na Escola.

Ela propôs que, na próxima reunião do CD EPSJV, seja pautada a discussão sobre o orçamento da Escola e também sobre as prioridades definidas no PPI, em 2018. Ela destacou que é importante discutir a execução orçamentária de 2020, que foi muito afetada pela pandemia, porque isso terá impacto no orçamento de 2021. Ressaltou ainda que existe a possibilidade de captação de recursos externos, por meio de emendas parlamentares ou pela Presidência da Fiocruz, para garantir a manutenção do CTVISAU em 2021.

A coordenadora do Laborat disse que gostaria de esclarecimentos sobre quais são as condicionalidades para o uso do orçamento 2020 e se essas restrições também valerão para 2021. Ela relatou que, neste ano, o Laborat não conseguiu fazer o pagamento de horas-aulas e questionou se é viável manter um curso com a incorporação de trabalhadores terceirizados. Ela solicitou que a discussão sobre o orçamento pelo CD EPSJV seja urgente.

O vice-diretor de Ensino disse que é importante apoiar a manutenção do CTVISAU porque o curso, historicamente, representa uma das sustentações estratégicas do trabalho institucional e, no contexto da pandemia, se torna ainda mais relevante. Disse ainda que se não houver a possibilidade de o curso ser financiado com recursos externos, é preciso discutir a possibilidade de a formação ser feita com recursos próprios da Escola.

A coordenadora do Lic-Provoc disse que também acha fundamental discutir o quanto antes a execução orçamentária de 2020 para elaborar o Planejamento Anual (PA) de 2021, incluindo a questão da força de trabalho da Escola, que ela considera que precisa ser discutida de forma coletiva e baseada nas questões orçamentárias.

A Direção disse que vai pautar para a próxima reunião do CD EPSJV a questão do orçamento 2020 e 2021, incluindo também a discussão sobre a busca de novas formas de recursos, como as emendas parlamentares, que tem se tornado a política da Fiocruz para a manutenção de algumas ações.

A Direção disse ainda que continuará em articulação com a Presidência da Fiocruz sobre o CTVISAU e que manterá o CD EPSJV informado sobre a questão.

Movimentação de Trabalhadora

A Direção informou que recebeu a solicitação da servidora Marilda Moreira (Laborat) de se transferir para a Vice-presidência de Educação, Informação e Comunicação (VPEIC) da Fiocruz, para atuar no Centro de Apoio ao Discente (CAD). Ao receber a solicitação, a Direção procurou a VPEIC para verificar a possibilidade de uma permuta, explicando a dificuldade de repor força de trabalho no contexto atual, mas

não houve essa possibilidade. Então, a Direção informou à VPEIC que a decisão sobre a movimentação seria do CD EPSJV.

A Direção observou que a EPSJV desenvolve um trabalho semelhante ao CAD no Projeto Escola Saudável, mas que Marilda nunca havia manifestado o desejo de trabalhar no projeto.

A coordenadora do Laborat informou que o colegiado do laboratório aprovou a saída da servidora e relatou que Marilda foi indicada para o trabalho na VPEIC por outra trabalhadora. Ao ser indicada, Marilda procurou a VPEIC e definiu um projeto de trabalho ligado ao CAD que, de acordo com a coordenadora do Laborat, se encaixa na mudança de trajetória profissional que Marilda vem buscando.

A coordenadora afirmou que as atividades que a servidora exerce no Laborat podem ser assumidas por outros trabalhadores, pois existem outros profissionais que dominam os temas com os quais Marilda trabalha. Por isso, o Laboratório aprovou a saída, reconhecendo a importância de que o trabalhador tenha a oportunidade de continuar produtivo e manter suas atividades dentro da própria Fiocruz.

A Direção perguntou à coordenadora do Laborat se Marilda não teria interesse em trabalhar com os discentes na própria EPSJV.

A coordenadora do Laborat disse que, no seu entendimento, a proposta de trabalho no CAD era diferente do Escola Saudável e que Marilda se identificava mais com o processo de trabalho do CAD. Disse ainda que conversou com a servidora sobre a possibilidade de divisão da carga horária entre a Escola e o CAD, mas que Marilda disse que isso não seria favorável ao seu processo de trabalho.

O coordenador do Labform disse que causava estranhamento que, pela segunda vez seguida (pois isso já tinha acontecido na saída de Márcio Sacramento, do Lires, para o ICICT), a avaliação dos laboratórios que estão perdendo servidores é que a saída deles não impacta o processo de trabalho do grupo. No seu entendimento, isso vai contra a estratégia de ampla manutenção dos trabalhadores, diante da conjuntura orçamentária, e também mostra que alguma coisa está errada na constituição da força de trabalho dos laboratórios.

Outro estranhamento apontado pelo coordenador do Labform é o fato de a aprovação da movimentação ser feita apenas pela vontade do trabalhador, sem pensar uma estratégia institucional. Ele relatou que o Labform discutiu sobre o assunto e que defende a retirada deste ponto de pauta da reunião do CD EPSJV até que sejam definidos critérios mínimos para a movimentação de trabalhadores da Escola. A sugestão é que quando os critérios estiverem definidos, o tema volte a ser discutido, baseado nas novas diretrizes.

A coordenadora do Lic-Provoc disse que concordava com o coordenador do Labform, mas sugeriu que, para que o ônus não caísse sobre a servidora que estava solicitando a movimentação agora, que o CD EPSJV votasse sobre a movimentação de Marilda, mas se comprometesse a não deliberar mais sobre o assunto antes de definir uma política institucional de movimentação de trabalhadores.

A coordenadora do Lires explicou que a saída de Márcio Sacramento do laboratório não trouxe muito impacto porque outros trabalhadores do Lires também trabalham com os temas dele. Disse ainda que achava injusto retirar o ponto de pauta neste momento, mas que é importante que a movimentação de trabalhadores seja

discutida na Escola, descolada de um pedido específico. Ela disse ainda que tem dúvidas se o CD EPSJV tem legitimidade para deixar de pautar movimentações de trabalhadores, tendo em vista que não existe um fluxo definido para isso na Fiocruz.

A coordenadora do Lateps disse que a preocupação do laboratório é que a Escola está se esvaziando, pela perda de trabalhadores por diversos motivos. Ela disse que concorda, no mérito, com o coordenador do Labform, mas que não entende que a movimentação em pauta deva ser impedida pela falta de discussão anterior da Escola sobre a questão. A coordenadora disse que o Lateps é favorável à saída de Marilda, mas que defende a discussão mais ampla sobre a movimentação de trabalhadores.

A coordenadora do Laborat disse que não há sobra de força de trabalho no Laborat e que a saída de Marilda irá impactar o processo de trabalho do laboratório, mas que é possível para o Laborat se reorganizar internamente e que o colegiado acha justo se reorganizar e não impedir a movimentação da servidora. Disse ainda que o Laborat apoia que seja feita a discussão sobre uma política institucional de movimentação de trabalhadores.

A coordenadora do Labgestão disse que lhe causa estranhamento que os desejos de movimentação de alguns trabalhadores sejam contemplados, enquanto outros não tiveram essa oportunidade (como é o caso de alguns trabalhadores da VDGDI, conforme relatado pelo vice-diretor de Gestão no CD anterior). Em sua avaliação, a Escola não pode mais discutir as movimentações de trabalhadores sem que haja um fluxo definido para isso. Ela propôs que seja constituído um GT para discutir o tema e pensar a política institucional.

Disse ainda que, para não ser injusto com Marilda, o ponto de pauta não deveria ser suspenso e o CD deveria deliberar sobre a saída da servidora, assim como fez no caso de Márcio Sacramento, mesmo sem a existência de uma política institucional de movimentação de trabalhadores.

O coordenador do Labform fez uma nova proposta, de que o CD EPSJV votasse sobre a movimentação em pauta, mas que também deliberasse que essa seria a última vez que uma movimentação de trabalhador seria discutida sem a definição de critérios claros sobre o tema.

A Direção reiterou o convite para, mesmo que a saída de Marilda fosse aprovada, que a trabalhadora conversasse com a equipe do Projeto Escola Saudável para conhecer melhor o trabalho. Ela observou que o processo de formação no interior da Escola veio se perdendo ao longo dos anos e que hoje os trabalhadores, muitas vezes, não conhecem todas as possibilidades de frentes de trabalho dentro do EPSJV.

A Direção disse que a discussão sobre os critérios de movimentação de trabalhadores deve ser pauta permanente do CD EPSJV e propôs que fosse deliberado sobre a criação do GT sugerido pela coordenadora do Labgestão e também sobre o CD EPSJV não deliberar mais sobre movimentações de trabalhadores antes da definição de critérios institucionais sobre a questão.

A coordenadora do Lic-Provoc disse que é importante pensar na questão apontada pela coordenadora do Lires, sobre a autonomia da unidade para impedir movimentações de trabalhadores, tendo em vista que a Fiocruz não possui uma política institucional para isso. Ela também sugeriu que o GT seja formado por membros da Direção, da CISTT e por integrantes indicados pelo CD EPSJV.

A coordenadora do Lires disse que se o CD EPSJV decidir por, temporariamente, não pautar mais movimentações de servidores, será preciso também informar ao trabalhador como ele pode exercer seu direito de movimentação.

O coordenador do Labform disse que as questões apontadas pelas coordenadoras do Lic-Provoc e do Lires poderão ser respondidas pelo GT. Disse ainda que é favorável à composição ampla do GT, incluindo representantes da Reprepoli, quando houver.

A coordenadora do Labgestão disse que existe um documento da Cogepe sobre a regulamentação de movimentação de trabalhadores, mas que não está em vigor. Ela sugeriu que o GT use o documento como referência.

A coordenadora do Lateps disse que o documento da Cogepe é problemático e precisa ser analisado com um olhar crítico. Ela disse que, em sua avaliação, essa questão não é apenas de regulamentação, mas também envolve outras questões organizacionais internas.

A Direção solicitou que, até a próxima reunião do CD EPSJV, fossem enviados para a Direção os nomes das pessoas que gostariam de compor o GT. Na próxima reunião, também serão apresentados os nomes para a composição da CISTT temporária, conforme definido pelo CD EPSJV na reunião anterior.

Em seguida, o CD EPSJV deliberou sobre os temas abaixo, com os seguintes resultados:

- Composição de um GT para pensar uma política institucional de movimentação de trabalhadores

A favor – Direção, Lic-Provoc, Labform, Labgestão, Latec, Lateps, Lires, Lavsa e Laborat (9 votos)

Contra – Labman (1 voto)

- Suspensão temporária das pautas sobre movimentações de trabalhadores até a definição de critérios pelo GT e aprovação pelo CD EPSJV

A favor – Direção, Lic-Provoc, Labform, Labgestão e Latec (5 votos)

Contra – Labman e Lateps (2 votos)

Abstenção – Lires, Lavsa e Laborat (3 votos)

- Saída da Marilda para a VPEIC

A favor – Lateps, Labgestão, Lic-Provoc, Lires, Latec, Labman e Laborat (7 votos)

Contra – Direção e Labform (2 votos)

Abstenção – Lavsa (1 voto)

Plano de Curso de Desenvolvimento Profissional em “Impactos da Atividade Garimpeira e a Defesa dos Direitos dos Povos Tradicionais do Brasil”

O vice-diretor de Ensino informou que o plano de curso foi apreciado pela CT de Ensino e que a avaliação da proposta pedagógica foi muito positiva. Também foi destacado o fato de a formação abrir novas possibilidades no campo da educação profissional em saúde.

O coordenador do Lavsa destacou que os povos indígenas vivem uma crise de etnocídio, com o garimpo e o atual modelo de desenvolvimento econômico, e que o objetivo do curso é capacitar as lideranças indígenas para a defesa de seus territórios, ampliando as redes de solidariedade dos povos indígenas e formando novas lideranças.

A coordenadora do Lateps fez uma observação sobre um dos pré-requisitos e sugeriu que o “ensino fundamental incompleto” seja substituído por “ser alfabetizado”.

A coordenadora do Laborat perguntou se não seria mais adequado postergar a realização do curso para que ele pudesse ser realizado de forma a reduzir o uso da estratégia de Educação à Distância, por conta das possíveis dificuldades de acesso à internet pelos povos indígenas.

O coordenador do Lavsa explicou que as lideranças indígenas, que são o público-alvo do curso, têm acesso à internet e que a realização do curso é uma questão de sobrevivência para os indígenas, que precisam dessa formação para se organizarem na luta por seus direitos.

O CD EPSJV aprovou, por unanimidade, o plano de curso.

Praça Luiz Fernando Ferreira

A Direção informou que foi criado um grupo, formado por André Malhão (Lateps), Anamaria Corbo (Direção) e Ingrid D’avilla (Cogetes) para planejar a utilização da Praça Luiz Fernando Ferreira, o novo espaço de convivência da Escola, inaugurada em agosto.

A chefe de gabinete disse que a proposta de ocupação da Praça vai além do uso pedagógico do local, que também estará disponível para toda a Fiocruz. Ela destacou que o espaço é coletivo e que também será usado por todos os grupos da Escola para desenvolver suas atividades.

Diretamente da Escola, André Malhão apresentou ao CD EPSJV a estrutura da Praça Luiz Fernando Ferreira, explicando as mudanças que foram feitas no local em relação à ocupação anterior do terreno, que foi todo cercado e murado. O projeto da obra foi feito por uma arquiteta de Bio-Manguinhos.

André Malhão destacou que a Praça é um espaço versátil, que poderá ser usado para a realização de eventos, prática de esportes e atividades pedagógicas, entre outros. Todo o mobiliário do local é removível, inclusive as tendas que cobrem os espaços. Todas as tendas são abertas nas laterais, possibilitando a ventilação do local, mas, quando necessário, podem ser fechadas também. Ele ressaltou que a Praça é hoje o maior espaço da Fiocruz para a realização de um evento, podendo ser usada com todas as tendas ao mesmo tempo, ou parcialmente.

André destacou que a obra não foi custeada pela EPSJV e que toda a articulação para a construção do espaço foi feita diretamente com o vice-presidente de Gestão e Desenvolvimento Institucional da Fiocruz, Mário Moreira, que solicitou que a empresa RAC, que construiu o Centro Hospitalar da Fiocruz e que usou a EPSJV como alojamento para seus operários, fizesse a obra em contrapartida. Ainda está prevista a construção de banheiros, vestiários e lavatórios externos que está sendo negociada com Biomanguinhos.

Na Praça, estão disponíveis quatro contêineres, que ainda terão seu uso discutido coletivamente pela Escola. Todos eles terão internet de alta velocidade e wi-fi, assim como as tendas.

A chefe de gabinete disse que o objetivo da apresentação era mostrar as possibilidades do espaço e que, quando houver o retorno das atividades presenciais, a Praça poderá ser bastante utilizada com fins pedagógicos, garantindo o distanciamento entre as pessoas, enquanto não houver uma imunidade coletiva.

A chefe de gabinete destacou ainda que a realização da obra só foi possível pela dedicação de André Malhão ao projeto e toda a articulação feita por ele junto à Presidência da Fiocruz.

Todos os conselheiros elogiaram os esforços para a construção da Praça e também o projeto final.

A Direção agradeceu ao trabalho de André Malhão para a construção da Praça e também do grupo que está se dedicando ao planejamento da ocupação do espaço.

Processo Eleitoral para Coordenação do Lires

A Direção informou que a coordenação do Lires solicitou a realização de uma eleição para um mandato tampão na coordenação do laboratório, tendo em vista que os atuais coordenadores estão com dificuldades para continuar na coordenação.

A coordenadora do Lires disse que ela está com dificuldades profissionais e pessoais para continuar na gestão do laboratório, devido ao trabalho remoto. Por isso, levaram a questão ao colegiado do Lires, que concordou com a demanda dos coordenadores e decidiu pela realização de uma nova eleição tampão para terminar o atual mandato, que se encerra em agosto de 2021.

A coordenadora do Lires apresentou os nomes indicados pelo colegiado para compor a Comissão Eleitoral - Martha Sharapin, José Mauro e Clélia Côrtes - e o CD EPSJV aprovou, por unanimidade, a composição da comissão.

Na próxima reunião do CD EPSJV será apresentado o edital para a realização da eleição.

INFORMES

Oficina sobre emendas parlamentares

A Direção informou que, devido aos cortes orçamentários, a Presidência da Fiocruz vem discutindo o uso de recursos de emendas parlamentares para manter o orçamento de 2021 e realizou algumas oficinas para planejar essa questão dentro da instituição e evitar a concorrência entre as unidades pelas emendas. A chefe de gabinete e Adriana Ricão (VDGDI) participaram das oficinas, nas quais foi apontada

a necessidade da Fiocruz indicar os projetos prioritários para serem trabalhados pela assessoria parlamentar da instituição.

Cada unidade deve indicar quatro áreas prioritárias para serem trabalhadas com as emendas. No caso da EPSJV, a partir do PPI, a Direção apontou como áreas prioritárias a formação de Agentes Comunitários de Saúde, Vigilância em Saúde, Observatório da Juventude (Iniciação Científica) e Sistemas de Informação.

A chefe de gabinete disse que o prazo para o envio das propostas para a Presidência era curto, elas deveriam ser enviadas até o dia seguinte à reunião do CD EPSJV, e que seria necessário contar com a dedicação de todos os envolvidos nos projetos prioritários para a elaboração das propostas junto com a Direção.

Ela disse que o objetivo da Fiocruz é tentar que as emendas componham parte do orçamento da Fundação em 2021 porque se espera um grande corte orçamentário para o próximo ano. O objetivo é trabalhar da forma mais articulada possível, em conjunto com a assessoria parlamentar da Fiocruz. Ela explicou que as emendas são divididas em quatro tipos: individuais, de bancada, de comissões permanentes e de relatores. As demandas para as emendas de bancada e de relatores serão encaminhadas pela Presidência da Fundação, a partir das definições do CD Fiocruz, e envolvem um montante maior de recursos.

A solicitação da Presidência da Fiocruz às unidades é para o envio de projetos para as emendas individuais, que podem ser apresentadas pelos parlamentares até o dia 20 de outubro de 2020, para o orçamento de 2021.

Ela lembrou que, além dos quatro projetos prioritários apontados pela Direção, a Escola poderá continuar a receber emendas parlamentares como já acontece atualmente, via movimentos sociais, por exemplo.

A chefe de gabinete solicitou que o CD EPSJV deliberasse sobre a definição dos projetos prioritários para que as demandas da Escola possam ser inseridas no SEI, conforme solicitado pela Presidência da Fiocruz.

A coordenadora do Lic-Provoc disse que estava de acordo com o encaminhamento e que a coordenação do projeto do Observatório da Juventude estava à disposição para tomar as providências.

A coordenadora do Laborat disse que precisaria consultar seu laboratório sobre o assunto e que não sabia se era possível escrever um projeto tão rapidamente. A chefe de gabinete esclareceu que não era necessário construir um novo projeto e que a ideia era apenas formatar uma proposta, a partir do que já existe.

A coordenadora do Lateps lamentou o fato do prazo para a definição dos projetos ser tão curto e disse que o tema deveria ser um ponto de pauta do CD EPSJV e não apenas um informe. Mas, devido à urgência, disse que concorda com o encaminhamento, levando em conta que o PPI define quais são as áreas prioritárias.

A chefe de gabinete esclareceu que não houve tempo para uma discussão mais ampla porque as unidades só receberam a demanda e foram informadas do prazo pela Presidência da Fiocruz dois dias antes da reunião do CD EPSJV. Ela disse que vai entrar em contato com os responsáveis pelos projetos apontados pela Direção para a construção das propostas que serão encaminhadas para a Presidência da Fiocruz.

Em seguida, o CD EPSJV deliberou sobre o assunto, com o seguinte resultado:

De acordo com o encaminhamento da Direção – Direção, Labform, Latec, Lavsa, Lires, Lateps, Labgestão e Lic-Provoc (8 votos)

Abstenção – Laborat, Labman (2 votos)

Evento

No dia 01 de outubro, será realizado o 9º Seminário Virtual da RETS, que terá como tema “A Covid-19 e a formação dos técnicos em saúde”.

CISTT

O GT que elaborou o regimento da CISTT da EPSJV vai se reunir no dia 25 de setembro para fechar a versão final do documento e elaborar uma proposta de composição da primeira CISTT da Escola.

CTACS

O Curso Técnico de Agente Comunitário de Saúde (CTACS) retomou, de forma remota, as atividades com os alunos.

Presentes

Adriana Ricão (VDGDI)
Alexandre Moreno (Labman)
Alexandre Pessoa (Lavsa)
Ana Beatriz Noronha (CCI)
Ana Lúcia Soutto Mayor (Lic-Provoc)
Anakeila Stauffer (Direção)
Anamaria Corbo (Direção)
André Dantas (Labform)
André Malhão (Lateps) - convidado
Bianca Leandro (Lires)
Camila Borges (Laborat)
Carlos Maurício (VDEI)
Etelcia Molinaro (Latec)
Ingrid D'avilla (Cogetes) - convidada
Marise Ramos (Lateps)
Raquel Moratori (Labgestão)
Sergio Oliveira (VDPDT)